

## **O PERCURSO DOS SURDOS NA HISTÓRIA E A NECESSIDADE DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DOS SUJEITOS NA ESCOLA**

Edvaldo Feliciano da Silva; Marineide Furtado Campos

*Instituto de Educação Superior Natalense  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mafurca2014@gmail.com*

**Resumo do artigo:** Busca-se descrever o percurso histórico dos surdos e o uso da Libras para a inclusão dos sujeitos na escola. A escolha do tema se justifica, por uma constante preocupação do pesquisador, quando em atividade em sala de aula, tentava modificar o pensamento de alguns docentes diante da dificuldade de trabalhar com essa clientela, o que consideramos, não é uma ação impossível. O referencial teórico tomado para esse estudo vem de autores como Carvalho (2005), Souza (2006), Rocha (2007), Ribeiro (1942), Lanna Júnior (2010), Limeira (2011), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (1996), dentre outros. Traz a metodológica de uma pesquisa descritiva e bibliográfica ao mesmo tempo, de cunho qualitativo que na visão de Minayo (2001, p. 21), se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, num espaço mais profundo de relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Interessou-nos também mostrar a importância de transformar a escola no lugar da inclusão, principalmente quando se tem a possibilidade de voltar às origens históricas dos surdos e o que é vivido na realidade escolar atualmente. Vale salientar que uma pesquisa dessa natureza vem a contribuir substancialmente para o conhecimento histórico da realidade enfrentada pelos surdos desde os primórdios e que é fato observar que os surdos ainda se mantêm em comunidades fechadas, porém incluí-los na escola fará com que eles também se percebam aprendendo com os ditos 'normais', ocorrendo assim resultados significativos na sala de aula com o desenvolvimento de atividades diversificadas, de forma que haja a possibilidade de se transmitir conhecimento com segurança aos alunos através da LIBRAS.

**Palavras-chave:** História dos surdos. Contexto escolar. Realidade Brasileira.

**INTRODUÇÃO:** O objetivo deste artigo é descrever o percurso histórico dos surdos e o uso da Libras para a inclusão desses sujeitos na escola. O tema se justifica, por haver por parte dos pesquisadores uma constante preocupação quando em atividade de sala de aula, buscam-se modificar o pensamento de alguns docentes diante da dificuldade de trabalhar com essa clientela, o que para nós, não é uma ação impossível. Tomamos como referencial teórico os estudos realizados por Carvalho (2005), Souza (2006), Rocha (2007), Ribeiro (1942), Lanna Júnior (2010), Limeira (2011), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), dentre outros. A metodologia da pesquisa é definida como descritiva e bibliográfica ao mesmo tempo, com um cunho qualitativo que na visão de Minayo (2001, p. 21), se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, num espaço mais profundo de relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Interessou-nos no percurso realizado mostrar a importância de transformar a escola em um lugar da inclusão, principalmente quando ocorre a possibilidade de se voltar às origens históricas dos surdos, e ainda abordar o que é vivido na realidade escolar atualmente. Vale salientar que uma pesquisa dessa natureza poderá contribuir substancialmente para o conhecimento histórico da realidade enfrentada pelos surdos desde os primórdios, mas que isso não os levou desistir de viver em sociedade. É fato observar, ainda, que os surdos têm se mantido em comunidades fechadas, mas incluí-los na escola fará com que eles se percebam aprendendo com os ditos ‘normais’, ocorrendo assim resultados significativos na sala de aula com o desenvolvimento de atividades diversificadas, possibilitando a transmissão do conhecimento com maior segurança aos alunos através da LIBRAS pelos docentes auxiliados pelos seus intérpretes.

**ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A metodologia da pesquisa ora apresentada é de cunho qualitativo visando compreender os fenômenos ocorridos historicamente no que diz respeito aos percursos dos surdos e a necessidade de inclusão desses alunos na escola regular, onde o pesquisador procura estabelecer um aprofundamento bibliográfico para a descrição do tema explorado. Sua preocupação fundamental é o levantamento de situações escolares de inclusão em um ambiente escolar, valorizando o contato direto do observador com o objeto de estudo. Traz em si uma ampla gama de fontes na coleta de dados, uma vez que é embasada em uma pesquisa bibliográfica e histórica por excelência, para a qual todos os dados são importantes para a realização da análise dos fatos, sendo o pesquisador o instrumento básico dessa coleta na reflexão, síntese, e interpretação dos dados levantados.

A preferência se dá pela coleta de dados não estruturados, mas cronológico e histórico, sem hipóteses ou definições prévias, imprimindo um perfil mais indutivista ao pesquisador que se decidiu por utilizá-la dessa maneira. Ou seja, demanda dos dados questões mais amplas que só irão se tornando mais específicas no transcorrer da investigação. Logo, há uma preocupação com aspectos “micro” do universo pesquisado, oferecendo uma visão simplificada, neste caso, em relação às pesquisas já desenvolvidas e subsidiadas por outros autores.

Considere-se, pois, que o uso desse tipo de pesquisa qualitativa é extremamente flexível, podendo ser empregado para estudar outros fenômenos e situações escolares. Portanto, na área da educação, que está em constante transformação, e no caso desse estudo, que relata historicamente o percurso dos surdos e sua inclusão na escola, a abordagem qualitativa acaba se tornando particularmente fundamental na busca da essência do problema a partir de uma descrição e pesquisa bibliográfica aprofundada. Cabe dizer que, esse perfil de

pesquisa foi escolhido devido à flexibilidade, criatividade e informalidade que ele nos permite na busca de um maior conhecimento sobre o tema ou problema refletido.

**REVISÃO DA LITERATURA:** A história dos surdos na Antiguidade ainda é pouco conhecida, contudo, é sabido que na Roma Antiga, a predominância da língua oral no dia-a-dia da vida pública, nos espaços de participação dos sujeitos, nos comícios, festejos, nos diversos tipos de transações, bem como, pela importância da fala na formação de um cidadão, levam a crer que à grande parte dos surdos restava um pequeno espaço de participação.

Nessa época, tinha-se a ideia de que os indivíduos deficientes eram incapazes de viver em sociedade devido suas limitações físicas, que os distanciavam dos ditos normais. Chegavam-se a afirmar que se o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, e, a pessoa que nascia deficiente era “imperfeita”, por isso, não poderia dispor de alma, portanto, não seria digna do Reino dos Céus; afirmavam, inclusive, que tal pessoa, provavelmente, teria algum pacto com entes malignos<sup>1</sup>. Nos povos orientais, o deficiente já era visto, de uma forma mais positiva, pois, para eles, eram pessoas agraciados pelos deuses. Assim, esses sujeitos eram aceitos nos templos e chegavam a exercer funções mediadoras entre o homem e sua divindade, o que não os dava o privilégio com referência ao convívio na sociedade.

Os primeiros registros da existência de surdos datam de 1500 a.C, na Palestina, no Período do Bronze Recente. Naquela época, foram escritos os mandamentos da Lei Moisés dirigidos ao povo hebreu. Encontramos no livro do Levítico (Capítulo 19, versículo 44), que não devemos amaldiçoar ao surdo, nem por tropeço diante do cego. Notamos que nesse tempo, já ocorria a exclusão do sujeito surdo, entretanto, a maneira de interpretar o que se faz presente em Levítico é que há um apelo pela não exclusão social. Contudo, já se observa daí que o problema da exclusão não é de hoje, mas muito mais antigo do que se pensa e isso se arrasta de geração a geração.

Percebe-se, no entanto, que o surdo recebeu dos hebreus, através de um decreto, o seu reconhecimento como sujeito humano e, conseqüentemente, a sua permanência no interior desse povo. Logo, não podemos negar que, para essa sociedade, pelo menos no aspecto da lei, os surdos recebiam um tratamento como pessoas. Sabe-se, ainda, que, no período de 2.000 a 1.500 a.C., não somente pelos hebreus, mas também pelos egípcios, os surdos eram protegidos por leis, mas até hoje, não foram encontrados quaisquer registros nesse período sobre a sua educação.

---

<sup>1</sup> Referência ao demônio.

O que observamos é que o povo hebreu apresentava a surdez física como constructo em que a “cultura mãe” não tinha qualquer significado cultural inerente ao surdo, mas tal significado era definido a partir de uma compreensão dada por esse povo quanto aos papéis desempenhados por eles. O grau de capacidade para realizar as tarefas determinava a aptidão física dos sujeitos, e o modelo de pertença à comunidade estava presente, no entanto, o médico não existia. Nas leis hebraicas, por exemplo, os “surdos-mudos” eram cuidados e protegidos como crianças, conforme Braddock; Parish (2001), e eram ainda assumidas como castigos divinos, imputados por forças sobrenaturais. O abandono e o sacrifício eram práticas cometidas, também, contra eles, e o surdo era visto por muitos como indomesticável; intratável e selvagem. Conseqüentemente, entre a caridade e a rejeição, o estigma da surdez deixava o indivíduo à sorte, ou à fúria, dos deuses. O retrato de sacrifícios generalizados de crianças surdas, entretanto, é bastante frágil. Embora reafirmado em uma série de trabalhos no campo dos Estudos Surdos, esses descasos são revistos de forma crítica por alguns historiadores, entre eles, Braddock e Parish (2001), que afirmam que grande parte dos infanticídios levados a efeito na Antiguidade Clássica se dava, antes de tudo, por razões econômicas.

Já os sacrifícios de cariz eugênico<sup>2</sup> eram praticados, sobretudo, contra aqueles que de pequeno, traziam traços aparentes de deformidade, motivados tanto por questões funcionais, bem como, por aspectos religiosos. A surdez, por sua vez, como uma condição pouco visível nos recém-nascidos, não costumava dar o mesmo destino como o dado a aqueles que logo eram tidos como deficientes visíveis e/ou com alguma deformação. A audição e a oralização eram condições de acesso à participação efetiva na sociedade e, por passar por alguns embaraços, muitos surdos foram segregados das práticas cotidianas – das mais simples às mais formais, do cultivo do campo à guerra – na *res publica*<sup>3</sup>. Contudo, contava-se com alguma participação na vida política, pois ao que tudo indica, esta era bastante limitada. A privação de uma língua oral já constituía um grande obstáculo para o aprendizado do *mos maiorum*<sup>4</sup> e à concretização da construção da cidadania.

Gardner (1993), em seu livro “*Being a Roman Citizen*”, dedica um subcapítulo aos “surdos-mudos”, discorrendo sobre as práticas de manumissão<sup>5</sup>, citando registros que ponderam sobre as formas pelas quais esses processos podiam ser levados a cabo por

<sup>2</sup> abuso da discriminação, que acaba por categorizar pessoas como aptas ou não-aptas a determinado fim.

<sup>3</sup> uma expressão latina que significa literalmente "coisa do povo".

<sup>4</sup> constituía os princípios coletivos consagrados pelo tempo, modelos de comportamento e práticas sociais que afetavam a vida privada, política e militar na Roma Antiga.

<sup>5</sup> No sentido de alforria e libertação.



proprietários surdos, que podiam entregá-los como escravos e depois serem devidamente libertos, cumprindo as exigências protocolares da manumissão, fundadas na oralidade. No século III, essas formalidades passaram a ser assumidas por assistentes de magistrados e as palavras habitualmente exigidas eram tomadas como já proferidas, o que favoreceu a existência de proprietários surdos.

Um dos principais legados da Antiguidade Clássica, contudo, é a concepção aristotélica que vincula a fala à estruturação do pensamento: a voz (*phoné*) como condição para a linguagem, e a linguagem (e o *logos*) como processo *sine qua non* para o homem realizar-se como animal político.

É na política [...] que vai ser explicada a natureza da linguagem. O animal político (*zôon politikón*) liga-se necessariamente à faculdade humana de falar, pois sem linguagem não haveria sociedade política. [...] A natureza não faz nada em vão e, dentre os animais, o homem é o único que ela dotou de linguagem. Sem dúvida a voz (*phoné*) é uma indicação de prazer ou de dor, e também se encontra nos outros animais; o *lógos*, porém, tem por fim dizer o que é conveniente ou inconveniente e, conseqüentemente, o que é justo ou injusto” (NEVES, 1981, p. 58).

A elaboração da linguagem, por essa perspectiva, permite ao homem as noções de bem e mal, justo e injusto, além de outros tantos juízos que sustentam a formação de famílias e, por conseguinte, a manutenção do Estado, que é a forma acabada de sociedade. A fala, por estes pressupostos, figura como suporte imprescindível para o cumprimento da vocação política do ser humano. Parte dos sujeitos surdos, por isso, eram tidos como sub-humanos, incapazes de concretizar a finalidade política a que o homem, por sua natureza racional, se destinava. Por se acreditar que não tinham acesso ao universo da fala, tampouco à complexidade de uma língua, eram destratados como párias.<sup>6</sup>

As bases aristotélicas que articulam voz, fala, linguagem e pensamento fundaram, no mundo ocidental, compreensões sobre o sujeito surdo que, ainda hoje, não só ecoam no senso comum como sustentam uma série de medidas (políticas, pedagógicas, culturais, médicas, etc.) em relação a esse grupo. As premissas que se criaram a partir dessas observações deslocaram o indivíduo surdo para um espaço marginal, em que deveria ser curado, domado, sacrificado, abandonado, cuidado, etc, colocando-o frequentemente em uma posição de subjugação, opressão ou tutela do homem dito “normal”.

Seguindo a cronologia da história, vemos que os sinais de presença de surdos na História Antiga também são encontrados em narrativas do povo grego. A primeira menção a eles tem início com uma representação trágica, pois não caracterizava um sujeito produtivo, o

---

<sup>6</sup> Seres não educáveis, bestiais, improváveis para quaisquer atividades intelectivas.

surdo, tendia a se tornar excluído socialmente e ser visto como um não-sujeito para a vida. E, segundo Edwards (1997), os gregos não tinham uma definição sobre o valor ou a capacidade do sujeito de se superar.

Skliar (1997), por sua vez, registra que Rômulo, fundador de Roma, decretou, no século 753 a. C., “que todos os recém-nascidos – até a idade de três anos - que constituíam um peso potencial para o Estado, podiam ser sacrificados”. Apesar dessa afirmação, não queremos sugerir, que não houvesse um conceito de valor humano na Grécia Antiga, mas que o significado de sujeito dependia da compreensão do Estado quanto às suas qualidades, tanto no campo da beleza quanto na sua capacidade de servir ao Estado. Um outro fator que contribuiu para a exclusão do surdo e para a sua conseqüente invalidez social foi, como menciona Edwards (1997), o fato de que os gregos não tinham a compreensão acerca da categoria da diferença como entendemos atualmente, isto é, a diferença na perspectiva cultural.

A importância da diferença no desenvolvimento humano não fazia parte do Estado. Diante disso, os surdos foram banidos por serem considerados incapazes de desempenhar, produzir o bem-estar social do Estado, também infere-se que a presença de deuses da beleza, da sabedoria, da abstração tenha gerado um tratamento desumano ao surdo.

Alguns historiadores, inclusive, fazem conexão com os discursos mitológicos das deusas Vênus desnudas. É a prevalência da representação do corpo belo, ideal e perfeito. É constrangedor que, sob esse aspecto, a História inicia banindo corpos denominados imperfeitos, e é desumano que coloquemos na condição de bastardo o sujeito surdo e que neguemos a ele o direito de entrar na possibilidade de participação no simbolismo daquele povo. Nessa parte da História, o surdo está incluído entre deficientes físicos, o que é muito diferente do período anterior, em que ele era citado pela diferença.

Já Aristóteles (384-322 a. C), conforme Guarinello (2007), difundia que as pessoas surdas não podiam expressar nenhuma palavra e que, para atingir a consciência humana, a audição era o canal mais importante para o aprendizado. Sua observação era de que os surdos não eram capazes de aprender. E esse conceito permaneceu por séculos sem questionamentos. É importante notar que, nos escritos de alguns homens famosos daquele tempo, como o historiador grego Heródoto, que viveu por volta do ano 444 a.C, classificavam-se os surdos como seres castigados pelos deuses. Outro foi Aristóteles que pertencia ao movimento filosófico e científico baseado na experimentação e que fez uma relação entre surdez e mudez, mas não acreditava na possibilidade da diferença e nem da participação social do surdo.

No Egito, os surdos eram adorados, como se fossem deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós, sendo temidos e respeitados pela população. Na Lei Hebraica, aparece pela primeira vez, referência aos Surdos. Enquanto que, os chineses os lançavam ao mar, os gauleses os sacrificavam aos deuses Teutates, em Esparta, eles eram lançados do alto dos rochedos. Na Grécia, os surdos eram encarados como seres incompetentes. Aristóteles ensinava que os que nasciam surdos, por não possuírem linguagem, não eram capazes de raciocinar. Essa crença muito comum na época, fazia com que os Surdos não recebessem educação secular, não tivessem direitos, fossem marginalizados e que muitas vezes condenados à morte. No entanto, em 360 a.C., Sócrates, declarou que era aceitável que os surdos se comunicassem com as mãos e o corpo. Sêneca, por sua vez, afirmou que:

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.

Os Romanos, influenciados pelo povo grego, tinham ideias semelhantes acerca dos surdos, vendo-os como seres imperfeitos, sem direito a pertencer à sociedade, de acordo com Lucrécio e Plínio. A crença do povo romano era de que, os surdos, por não falarem, não podiam fazer testamentos e necessitavam de um curador para tratar de todos os seus negócios. Assim, eram considerados incapazes pela sociedade, e por isso, sofriam represálias. Era comum lançarem as crianças surdas ao rio Tibre, para serem cuidados pelas Ninfas. Já o imperador Justiniano, em 529 a.C., criou uma lei que impossibilitava os surdos de celebrar contratos, elaborar testamentos e até de possuir propriedades ou reclamar heranças (com exceção dos surdos falantes). Em Constantinopla, as regras para os surdos eram basicamente as mesmas. No entanto, lá, os surdos realizavam algumas tarefas, tais como o serviço de corte, como pajens das mulheres, ou como bobos, de entretenimento do sultão.

Mais tarde, Santo Agostinho defendeu a ideia de que os pais de filhos surdos estavam a pagar por algum pecado que haviam cometido. Acreditava que os surdos podiam se comunicar por meio de gestos, que, em equivalência à fala, eram aceitos quanto à salvação da alma. E, os cristãos, até à Idade Média, acreditavam que os surdos, diferentemente dos ouvintes, não possuíam uma alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos.

Já em 700 d.C., John Beverley ensinou um surdo a falar pela primeira vez, como há registro, ele foi considerado por muitos como o primeiro educador de surdos. É só no final da Idade Média e início do Renascimento, quando se deixa a perspectiva religiosa pela a da razão, essa deficiência passa a ser analisada sob a ótica médica e científica. Entramos assim na Idade Moderna, momento em que se distingue pela primeira vez surdez de mudez e a expressão surdo mudo deixa de ser usada para designar o surdo.

Nessa época, pessoas surdas passam a ter o direito a uma cidadania através da educação e socialização. Não resta dúvida de que aconteceu uma mudança considerável nessa visão moderna, mas não se pode esquecer que o surdo ainda continua a sofrer por causa da sua cultura, que não foi aceita de maneira integral pelos teóricos desse período. Existe, agora, a possibilidade do surdo ser reconhecido como pessoa, cidadã, desde o momento em que se transforme em um “ouvinte”, seja através da sua língua de sinais ou não. Antes desse período, não há relato de ninguém que tenha se interessado pela causa dos surdos e isso, certamente, está ligado à visão renascentista predominante.

O que é preciso ressaltar é que a história dos surdos, a partir deste período, sempre esteve vinculada à educação. A maioria dos livros que fala sobre os surdos e sua história segue a linha da Pedagogia, ou seja, da ação educacional realizada com essas pessoas. Sabemos, no entanto, que antes de 1750, a maioria dos surdos que nasciam não era alfabetizado ou instruído. Mas, era exigida a erradicação ou a “diminuição” da surdez para que o surdo tivesse acesso ao conhecimento.

Dessa feita, um estudioso por nome Itard dedicou grande parte de seu tempo tentando entender quais as causas da surdez. Sua primeira constatação foi a de que a causa dela não era visível, passando a dissecar cadáveres de surdos, dar descargas elétricas em seus ouvidos, usar sanguessugas para provocar sangramentos e furar as membranas timpânicas de alunos, fazendo com que um deles fosse levado a morte e outros tivessem fraturas cranianas e infecções devido às suas intervenções. Esse estudioso nunca aprendeu a Língua de Sinais. Seu trabalho era todo voltado para a discriminação dos instrumentos musicais para posteriormente chegar à discriminação de palavras, criando o curso de articulação para surdos-mudos *aproveitáveis* (termo utilizado pelo autor citado). Após 16 anos de trabalho incessante para chegar à oralização, Itard rendeu-se ao fato de que o surdo só podia ser educado por meio da Língua de Sinais.

Para Gérando, os surdos entravam na categoria de selvagens e sua língua era vista como pobre quando comparada à língua oral e não deveria ser usada na educação. Com esta concepção, os professores surdos da escola foram substituídos pelos professores ouvintes e a



oralização era seu principal objetivo. “Os sinais deveriam ser banidos da educação.” Após anos de trabalho, reconheceu, antes de morrer, a importância do uso dos sinais, que era inicialmente de Língua francesa e gradualmente foi sendo modificada para se transformar na Língua Americana de Sinais.

Ressalte-se, portanto, que é Pedro Ponce de León, que inicia, mundialmente, a história dos Surdos, tal qual a conhecemos hoje. Para além de fundar uma escola para Surdos, em Madrid, ele dedicou grande parte da sua vida a ensinar os filhos surdos, de pessoas nobres, que de bom grado lhe encarregava seus filhos, para que pudessem ter privilégios perante a lei, assim, a preocupação geral em educar os surdos, na época, era somente econômica. León desenvolveu um alfabeto manual (Imagem 1), que ajudava os surdos a soletrar as palavras.

Imagem 1: **Alfabeto Manual**



Fonte: Site do INES

Há quem defenda a ideia de que esse alfabeto manual foi baseado nos gestos criados por monges, que comunicavam entre si desta maneira pelo fato de terem feito voto de silêncio. Nesta época, era costume que as crianças, que recebiam este tipo de educação e tratamento, fossem filhas de pessoas que tinham uma situação economicamente boa. As demais eram colocadas em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua "anormalidade". Já Binet, aproveitando o trabalho iniciado por León, estudioso dos surdos e seu educador, escreveu sobre as maneiras de ensinar os surdos a ler e a falar, por meio do alfabeto manual. Binet proibia o uso da língua gestual, optando pelo método oral.

Conforme John Bulwer, se acreditava que a língua gestual deveria possuir um lugar de destaque, na educação para os surdos; foi o primeiro a desenvolver um método para comunicar com os surdos. Publicou vários livros, que realçam o uso de gestos. Enquanto John Wallis (1616-1703), educador de surdos e estudioso da surdez, depois de tentar ensinar vários surdos a falar, desistiu desse método de ensino, dedicando-se mais ao ensino da escrita. Usava gestos, no seu ensino. Konrah Amman foi defensor da leitura labial, já que considerava que a fala era uma dádiva de Deus que fazia com que a pessoa fosse humana; não considerava os surdos que não falavam como humanos. Ele não fazia uso da língua gestual, pois acreditava que os gestos atrofiavam a mente, embora os usasse como método de ensino, para atingir a oralidade.

Charles Michel de L'Épée ensinava, numa primeira fase, os surdos, por motivos religiosos. Muitos o consideram criador da língua gestual. Embora saibamos que a mesma já existia antes dele. L'Épée reconheceu que essa língua realmente existia e que se desenvolvia, embora não a considerasse uma língua com gramática. Os seus principais contributos foram: a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris (primeira escola de Surdos do mundo); o reconhecimento do Surdo como ser humano, por reconhecer a sua língua; a adoção do método de educação coletiva e o reconhecimento de que ensinar o surdo a falar seria perda de tempo, uma vez que se devia ensinar-lhe a língua gestual.

Assim, as instituições de educação de surdos se disseminaram por toda Europa, por isso, em 1878, em Paris, aconteceu o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos, instituindo que o melhor método para a educação dos surdos consistia na articulação com leitura labial e no uso de gestos nas séries iniciais. Esta determinação somente durou dois anos, pois em 1880, em Milão, ocorreu o II Congresso Mundial de Surdos-Mudos, promovendo uma votação para definir qual seria a melhor forma de educar uma pessoa surda. A partir desta votação, com os participantes do congresso, foi recomendado que o melhor método fosse o oral puro, abolindo oficialmente o uso da Língua de Sinais na educação dos surdos. Vale ressaltar que apenas um surdo participou do congresso, mas não teve direito de voto, sendo convidado a se retirar da sala de votação.

As determinações do Congresso foram: a fala é incontestavelmente superior aos sinais e deve ter preferência na educação dos surdos; o método oral puro deve ser preferido ao método combinado. Nessa perspectiva, o método oral foi adotado em vários países da Europa, acreditando-se que esta seria a melhor maneira para os surdos receber instrução no ambiente escolar. Foi uma fase de grande importância para se entender o processo que se deu na educação dos surdos, quando eles já estavam em uma situação diferenciada, sendo instruídos,

educados e usuários de uma língua que lhes permitia conhecimento de mundo, uma determinação mundial lhes colocou de novo em uma posição submissa, proibindo-os, a partir daquela data, de usarem a língua que lhes era de direito.

Observando a vivência com as pessoas surdas, percebemos que se trata de uma comunidade que costuma, em sua maioria, conviver em “guetos”, optar por casamentos entre si e estudar com os iguais. Muitos se mostram desconfiados quando ouvintes se aproximam, pois se consideram incompreendidos. Não podemos deixar de levar em conta que o passado foi necessário para chegarem a um presente mais adequado e naquela época histórica, ações eram consistentes. Os surdos, muitas vezes, foram usados, deslocados e colocados em situações de desconforto social que lhes causou muito sofrimento e tudo isso muito mais por não serem usuários de uma língua oral do que por serem surdos. O que observamos fazendo esta retrospectiva histórica é que muitos estudiosos defensores do Oralismo, depois de uma vida de tentativas, resolveram aceitar o uso da Língua de Sinais como possibilidade para o Surdo.

No dia 16 de maio de 1987 foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), a qual desenvolve um trabalho para que a comunidade surda tenha garantido os direitos linguísticos e culturais. Essa federação propaga a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio natural de comunicação das pessoas surdas e ainda fomenta a inclusão dos profissionais surdos no mercado de trabalho; realiza pesquisas para a sistematização e padronização do ensino de LIBRAS para ouvintes, sinalizando uma mudança na educação do surdo sob o olhar da história.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Facilmente se percebe que algumas das questões que são trazidas na descrição da pesquisa, não encerrarem o debate sobre o percurso dos surdos na história e a necessidade da Libras para sua inclusão na escola, mas tem o desejo de lançar os termos a um novo debate, que deve incluir questões pedagógicas em sala de aula e, principalmente de uma formação de interpretes da LIBRAS para auxiliar o docente-ouvinte na sua ação de ensinar a aprender em sala de aula.

A proposta foi de chamar à reflexão daquilo que se diz nas Leis e do que se faz para melhorar a construção do conhecimento e a inclusão do surdo em sala de aula. Desse debate não há necessidade de emergir posicionamentos certos ou errados sobre o assunto, mas um abraçar o novo que já tem uma história e renovar o nosso pensar e pensar criticamente o que se tem feito na escola para melhorar a aprendizagem do surdo que se quer incluir, respeitando o limite do outro na sua cidadania.

Ressalte-se, pois, que os debates sempre marcarão essa história, todavia devem denotar a vitalidade e o dinamismo do complexo empreendimento que é investigar e analisar uma questão tão social que é a inclusão do surdo na escola. Não devemos por isso, ter receio dos debates, mas chamar à discussão fatos tão relevantes como esse constantemente na comunidade acadêmica e científica.

## REFERÊNCIAS

- BRADDOCK, D. & PARISH, S. An institutional history of disability. In G. Albrecht, K. Seelman, & M. Bury, (Eds.), *Handbook of disability studies*, pp. 11-68, New York: Sage, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Kit LIBRAS é Legal! Rio de Janeiro: Agir, 2002.
- GARDNER, Howard. Estruturas da mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- GUARINELLO, A. C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007.
- INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos. Endereço eletrônico: [www.ines.org.br](http://www.ines.org.br). Acessado em: 22/07/2016.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza - Pesquisa social - Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2001.
- NEVES, Maria Helena de M. A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. São Paulo: Unesp, 1981.
- RIBEIRO, Adalberto. *O Instituto Nacional de Surdos Mudos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- ROCHA, Solange. *O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. Rio de Janeiro: INES, 2007.
- SÊNECA. Sobre a ira sobre a tranquilidade da alma. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.